



**FOTONS DE
SÃO ZACARIAS**

THALASSIUS A027.21 PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Thalassius A027.21 Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Thalassius A027.21 Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Thalassius A027.21 Participações S.A.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



Thalassius A027.21 Participações S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 27 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Índice

Balço patrimonial	1
Demonstração do resultado	2
Demonstração do resultado abrangente.....	3
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	6

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Balanco Patrimonial Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.364	2.569	4.642	3.019	Fornecedores	11	2	59	20	64
Impostos a recuperar		15	10	15	17	Obrigações fiscais		1	2	3	3
Despesas antecipadas	7	-	-	153	160	Partes relacionadas	6	-	22	13	89
Total do ativo circulante		4.379	2.579	4.810	3.196	Total do passivo circulante		3	83	36	156
Não circulante						Patrimônio líquido					
Despesas antecipadas	7	-	-	407	542	Capital social	12	27.535	24.780	27.535	24.780
Investimentos	8	3.348	2.900	-	-	Prejuízos acumulados		(2.689)	(2.262)	(2.689)	(2.262)
Imobilizado	9	-	-	2.543	1.814	Total do patrimônio líquido		24.846	22.518	24.846	22.518
Intangível	10	17.122	17.122	17.122	17.122						
Total do ativo não circulante		20.470	20.022	20.072	19.478	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		24.849	22.601	24.882	22.674
Total de ativo		24.849	22.601	24.882	22.674						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Thalassius A027.21 Participações S.A.**Demonstração do resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	13	(241)	(1.362)	(583)	(1.728)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(347)	(372)	-	-
Prejuízo operacional		(588)	(1.734)	(583)	(1.728)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		169	17	173	22
Despesas financeiras		(6)	(13)	(15)	(24)
Variação cambial		-	(22)	-	(20)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	14	(163)	(18)	158	(22)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(425)	(1.752)	(425)	(1.750)
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente		(2)	-	(2)	(2)
Prejuízo do exercício		(427)	(1.752)	(427)	(1.752)
Prejuízo por ação básico e diluído (em Reais)		(0,0155)	(0,0707)	(0,0155)	(0,0707)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2025
Prejuízo do exercício	(427)	(1.752)	(427)	(1.752)
Resultado abrangente do exercício	(427)	(1.752)	(427)	(1.752)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>7.644</u>	<u>(510)</u>	<u>7.134</u>
Aumento de capital	17.136	-	17.136
Prejuízo do exercício	-	(1.752)	(1.752)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>24.780</u>	<u>(2.262)</u>	<u>22.518</u>
Aumento de capital	2.755	-	2.755
Prejuízo do exercício	-	(427)	(427)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>27.535</u>	<u>(2.689)</u>	<u>24.846</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(425)	(1.752)	(425)	(1.750)
Ajuste ao resultado					
Resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial	8	347	372	-	-
		(78)	(1.380)	(425)	(1.750)
Variações nos ativos e passivos					
Imposto de renda e contribuição social		(5)	(8)	2	(15)
Despesas antecipadas		-	-	142	(682)
Fornecedores		57	59	(44)	(95)
Partes relacionadas a pagar		(22)	(7)	(76)	(27)
Obrigações fiscais		1	(6)	-	(7)
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(163)	(1.342)	(401)	(2.576)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2)	-	(2)	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(165)	(1.342)	(403)	(2.578)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de capital investidas	8	(585)	(1.330)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas	8	(210)	(490)	-	-
Adições de imobilizado	9	-	-	(729)	(1.391)
Adições de intangível	10	-	(12.164)	-	(12.164)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(795)	(13.984)	(729)	(13.555)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Integralização de capital	12	2.755	17.136	2.755	17.136
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		2.755	17.136	2.755	2.755
Aumento de caixa e equivalentes		1.795	1.810	1.623	1.003
Caixa e equivalentes					
no início do exercício	5	2.569	759	3.019	2.016
no fim do exercício	5	4.354	2.569	4.642	3.019
Aumento de caixa e equivalentes		1.795	1.810	1.623	1.003

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Thalassius A027.21 Participações S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima por ações de capital fechado com sede na Rua Teodoro Sampaio, 744, Conjunto 108, Pinheiros, município de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela BEL FIP Multiestratégia RL, que detém 50,1%, que foi constituída em 05 de maio de 2021, com capital inicial de R\$ 500,00 (quinhentos reais), não tendo quaisquer outras atividades ou movimentações no ano de 2021, iniciando efetivamente suas atividades em 26 de agosto de 2022.

A Companhia tem como principais atividades a participação societária em outras entidades e o comércio atacadista de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui três controladas, que compreendem três centrais geradoras de energia fotovoltaica que estão situadas no município de Araripina, no Estado do Pernambuco. Estas centrais totalizam 136,24 MW médios de capacidade instalada.

Os projetos ainda estão em fase pré-operacional com previsão para início das operações em 2027. Os principais contratos ainda estão sendo negociados e a estruturação do canteiro de obras iniciou no segundo semestre de 2025.

Projeto de geração de energia fotovoltaica

Em 31 de dezembro de 2025, as Controladas possuíam as seguintes autorizações outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica pelo período de 35 anos:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW médios)
Fótons de Santa Conceição 01 Energias Renováveis S.A.	Port. 12.220/2022	12/04/2022	35 anos	43,12
Fótons de São Zacarias 02 Energias Renováveis S.A.	Port. 12.221/2022	12/04/2022	35 anos	43,12
Fótons de São Zacarias 03 Energias Renováveis S.A.	Port. 12.222/2023	12/04/2022	35 anos	50

Reforma tributária sobre o consumo

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Companhia. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Companhia.

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

Impactos Potenciais nas Demonstrações Financeiras e Operações Futuras:

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

Revisão de Preços e Margens: A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.

Fluxo de Caixa: As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Companhia, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.

Sistemas e Processos Internos: A Companhia precisará adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.

Contratos e Acordos Comerciais: Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.

Análise de Créditos Tributários: A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.

Impacto no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido: As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Companhia e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

A Companhia está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avaliando detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada linha de negócio e produto/serviço da Companhia.
- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.
- Manter a administração informada sobre o progresso e as decisões tomadas.

A Lei Complementar nº 214/2025 representa uma mudança estrutural no sistema tributário brasileiro a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está comprometida em garantir uma transição suave e em mitigar quaisquer impactos adversos, aproveitando as oportunidades que possam surgir com a nova legislação. Quaisquer desenvolvimentos significativos ou estimativas mais precisas dos impactos serão divulgadas em notas explicativas futuras, conforme a evolução da regulamentação e a análise interna da Companhia. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

A atual estratégia de resposta da Companhia aos potenciais impactos da mudança climática concentra-se na redução, voluntária, das emissões operacionais de gases do efeito estufa (“GEE”). Temos o compromisso de desenvolver nossas atividades de geração de energia através de fontes renováveis, com altos níveis de desempenho socioambiental, o que nos possibilitará ser reconhecidos como uma Companhia que contribui para a criação de uma sociedade mais sustentável. Para isso a Companhia tomará medidas para desenvolver, construir, operar, manter, gerenciar e monitorar a companhia de forma a assegurar o cumprimento de toda a legislação aplicável, regulamentos e normas (tendo como referência os princípios da ISO 14001; as Diretrizes do World Bank Group - WBG, os Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental da Corporação Financeira Internacional - IFC; os Princípios do Equador; a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Companhias e Direitos Humanos), bem como o cumprimento de outros requisitos subscritos voluntariamente.

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia e suas controladas não identificaram nenhum impacto significativo decorrente deste tema sobre as suas demonstrações financeiras.

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando e está convencida de que, os acionistas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. A Companhia está reportando prejuízo no exercício devido ao fato de estar pré-operacional, sem geração de receita. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2026.

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.

A Companhia e suas controladas também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas, tendo em vista o ambiente econômico principal no qual elas estão inseridas. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

d. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As Companhias controladas incluídas na consolidação e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota 4.

1.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas foram elaboradas e estão sendo apresentadas

a. Estimativas e premissas contábeis críticas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos e resultados.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos imobilizados – Nota explicativa nº 11:** Refere-se a ativos imobilizados onde a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitando-se ao prazo de autorização de exploração.
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 17** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a. Instrumentos financeiros

1 – Classificação e mensuração subsequente

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

2 – Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia calcula o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real e as suas controladas com base no lucro presumido. A Companhia não possui expectativa de lucros tributáveis para os próximos anos. Desta forma, não foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos.

Lucro presumido - Controladas

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta, proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das demais receitas que não compõem a receita bruta sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Lucro real - Controladora

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes da Controladora são calculados com base nas alíquotas trimestrais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 (base trimestral) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Em 2025, a Companhia teve prejuízo de R\$ 427. No ano de 2024, a Companhia teve prejuízo de R\$ 1.752.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, as quais limitam-se ao prazo da autorização, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. Os métodos de depreciação e as vidas úteis serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. Por encontrar-se em fase pré-operacional a administração da Companhia não iniciou a depreciar parte substancial do ativo imobilizado, A depreciação será iniciada quando estes ativos iniciarem a operar.

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias

25 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d. Intangível

Política contábil

Os intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais ou autorizações governamentais.

Os ativos intangíveis relacionados aos direitos de autorização são amortizados pelo prazo legal, geralmente 35 anos, estendidos por mais 20 anos quando a Companhia possui o direito adquirido de renovar as autorizações.

Estes direitos de autorização são relativos a intangíveis da Usina Solar Fótons de São Zacarias decorrentes de autorizações governamentais, projetos e estudos de viabilidade para a operação dos parques adquiridos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui R\$ 17.122 (R\$ 17.122 em 31 de dezembro de 2024) registrado como intangível que é composto pelo valor de compra do ativo identificável, do projeto Fótons de São Zacarias, e resultado dos dados de incidência solar, layout dos módulos, estudo técnico de fator de capacidade.

e. Outros ativos e passivos

Referem-se a direitos e obrigações de natureza operacional que não se enquadram em rubricas específicas, sendo reconhecidos pelo valor justo ou custo amortizado, conforme aplicável, e classificados entre circulante e não circulante de acordo com sua expectativa de realização ou liquidação.

f. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, juros sobre arrendamento que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

g. Condomínio

As controladas formalizaram um contrato de condomínio para compartilhamento de infraestrutura com o projeto eólico Ventos de São Zacarias, firmado em 23 de março de 2023 e com vigência de 40 (quarenta) anos ou em caso de as instalações deixarem de ser compartilhadas em decorrência de transferência a qualquer concessionária de transmissão, nos termos da resolução ANEEL nº 722/2016 ou rescisão antecipada.

A administradora do condomínio é a Companhia Ventos de São Zacarias 04 Energias Renováveis S.A., que terá as obrigações determinadas conforme contrato.

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia ainda optou por usufruir do contrato de compartilhamento de despesas e custos (item g), mas ainda não tem despesas relacionadas ao contrato de condomínio, uma vez que não está fazendo uso efetivamente das estruturas compartilhadas que são contempladas no acordo.

h. Custos compartilhados

Em 20 de março de 2023, a Companhia firmou contrato de custos compartilhados com as demais Companhias do grupo econômico, nomeando a Companhia Thalassius A016.21 Participações S.A. como responsável por centralizar a contratação de terceiros para desenvolver determinadas atividades para si e para todas as partes. O objetivo é otimizar resultados gerenciais e obter maiores ganhos de produtividade em determinadas atividades de backoffice previstas no contrato.

O contrato prevê o compartilhamento de despesas que é feito de forma rateada com as Companhias do projeto considerando a fração de um quatro avos e mensalmente é redistribuído pela Thalassius A016.21 com as demais Companhias do projeto solar (Thalassius A027.21 Participações S.A., Fótons de São Zacarias 02 Energias Renováveis S.A. e Fótons de São Zacarias 03 Energias Renováveis S.A. Este rateio gera o reprocessamento das despesas para a Companhia e uma contrapartida a pagar na conta de "Custos Compartilhados a pagar Thalassius 16" no passivo circulante.. O rateio dos custos compartilhados, assim como as respectivas apropriações, teve início em novembro de 2023 para a Companhia, período em que o projeto começou a ter colaboradores dedicados.

3 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alterações ao CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" e CPC 40 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à Companhias em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

(a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;

(b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;

(c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e

(d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1o de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As referidas alterações têm vigência a partir de 1o de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- **Alterações ao CPC 48 e CPC 40 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do CPC 40 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de own use, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

- **CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários.
 - Embora o CPC 51 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do CPC 51 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
 - Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.
 - O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do CPC 51, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do CPC 51 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o CPC 51.

- **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais- Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais. As alterações referem-se às seguintes normas:
 - CPC 37 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
 - CPC 40 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
 - CPC 48 - "Instrumentos Financeiros";
 - CPC 36 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e
 - IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

4 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas.

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhias controladas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas.

	% de Participação	
	2025	2024
Controladas diretas:		
Fótons de São Zacarias 01 Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Fótons de São Zacarias 02 Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Fótons de São Zacarias 03 Energias Renováveis S.A.	100%	100%

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Recursos em banco e em caixa (i)	4	4	4	360
Aplicações financeiras (ii)	4.360	2.565	4.638	2.659
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.364	2.569	4.642	3.019

(i) Inclui depósitos bancários prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(ii) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 98% em 31 de dezembro de 2025 (98% em 31 de dezembro de 2024) não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

6 Transações entre partes relacionadas

a) Controladora e controladora final

A controladora direta e final da Companhia é a Brasil Energia Limpa Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e Hydro Rein Feijão Solar Holding BV.

b) Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. O pagamento foi realizado pela Thalassius A016.21 Participações S.A, Companhia pertencente ao grupo Ventos de São Zacarias e gerou a constituição de um saldo passivo apresentado na nota 6, c.2 fazendo parte do contrato de cost sharing.

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Operações com companhias do grupo

Passivo:

	Controladora	
	2025	2024
Thalassius A016.21 Participações S.A. (i)	-	22
Total partes relacionadas a pagar	-	22

	Consolidado	
	2025	2024
Thalassius A016.21 Participações S.A.	13	89
Total Partes relacionadas a pagar (i)	13	89

- (i) Obrigação financeira a pagar referente ao contrato de custos compartilhados. Em 2024, a Companhia teve custos compartilhados devido às demandas direcionadas para o projeto do ponto de vista administrativo. Em 2025, os custos com o projeto foram alocados nas empresas controladas, pré-operacionais, e capitalizados.

7 Despesas antecipadas (Consolidado)

	2025	2024
Prêmios de seguros a apropriar	560	702
Total de prêmios de seguros a apropriar	560	702
Circulante	153	160
Não circulante	407	542

A conta representa o montante total dos prêmios estabelecidos junto a processos regulatórios e de responsabilidade civil dos administradores e diretores do Grupo, onde são registrados inicialmente com contrapartida passiva na rubrica de outras contas a pagar. O saldo ativo é alocado no resultado linearmente de acordo com os prazos de coberturas estabelecidos em contratos e o passivo liquidado nas datas acordadas em contrato. O Grupo mantém dois seguros, um de voltado ao setor público, vinculado à geração de energia da usina, com vigência até 12 de janeiro de 2030 e um seguro de responsabilidade civil vigente até 27 de maio de 2026.

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Investimentos (Controladora)

a. Composição

	Investimentos		Equivalência patrimonial	
	2025	2024	2025	2024
Fótons de São Zacarias 01 Energia Renováveis S.A.	1.449	1.200	(135)	(156)
Fótons de São Zacarias 02 Energia Renováveis S.A.	927	833	(106)	(108)
Fótons de São Zacarias 03 Energia Renováveis S.A.	972	867	(106)	(108)
Total	3.348	2.900	(347)	(372)

Investidas	2025		
	% Participação	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Fótons de São Zacarias 01 Energia Renováveis S.A.	100%	1.449	(135)
Fótons de São Zacarias 02 Energia Renováveis S.A.	100%	927	(106)
Fótons de São Zacarias 03 Energia Renováveis S.A.	100%	972	(106)
Total			(347)

Investidas	2024		
	% Participação	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Fótons de São Zacarias 01 Energia Renováveis S.A.	100%	1.200	(156)
Fótons de São Zacarias 02 Energia Renováveis S.A.	100%	833	(108)
Fótons de São Zacarias 03 Energia Renováveis S.A.	100%	867	(108)
Total			(372)

b. Movimentação

Composição de investimento	Adiantamento para futuro aumento de capital		Resultado de equivalência patrimonial	2025	
	2024	Aumento de capital			
<i>Investimento em controladas</i>					
Fótons de São Zacarias 01 Energia Renováveis S.A.	1.200	146	234	(135)	1.449
Fótons de São Zacarias 02 Energia Renováveis S.A.	833	30	170	(106)	927
Fótons de São Zacarias 03 Energia Renováveis S.A.	867	30	181	(106)	972
Total da composição de investimentos	2.900	210	585	(347)	3.348

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição de investimento	Adiantamento para futuro aumento de capital		Resultado de equivalência patrimonial	2024	
	2023	Aumento de capital			
<i>Investimento em controladas</i>					
Fótons de São Zacarias 01 Energia Renováveis S.A.	481	295	580	(156)	1.200
Fótons de São Zacarias 02 Energia Renováveis S.A.	486	100	355	(108)	833
Fótons de São Zacarias 03 Energia Renováveis S.A.	485	95	395	(108)	867
Total da composição de investimentos	1.452	490	1.330	(372)	2.900

9 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do ativo imobilizado

	2025		2024	
	Custo	Líquido	Custo	Líquido
Imobilizado em andamento	2.543	2.543	1.814	1.814
Total	2.543	2.543	1.814	1.814

A composição dos ativos imobilizados do consolidado está disposta da seguinte forma:

b. Movimentações do ativo imobilizado:

	Imobilizado em andamento
Custo:	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	423
(+) Adições	1.391
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.814
(+) Adições	729
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.543

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Intangível (Controladora e Consolidado)

	2023	(+) Adições	2024	(+) Adições	2025
Projeto Fótons de São Zacarias (i)	4.958	12.164	17.122	-	17.122
Total dos intangível	4.958	12.164	17.122	-	17.122

- (i) O saldo é referente às licenças, layout dos aerogeradores, fator de capacidade, dados de incidência solar, outorgas, direitos de superfície e suporte mediante estudo para implementação de linhas de conexão e transmissão, e foram reconhecidos pela Compradora no ativo não circulante, na rubrica de intangível, por atenderem plenamente o conceito de ativo intangível dado pelo CPC 04 - Ativo Intangível, sendo esses, um ativo não monetário identificável sem substância física. Os respectivos ativos intangíveis serão amortizados de acordo com a vida útil definida, considerando o período entre o início das operações e o prazo final da autorização para operação concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

11 Fornecedores e outras contas a pagar

Os valores que compõem a conta de fornecedores são referentes às aquisições para o imobilizado em andamento e dizem respeito a construção da usina. Os fornecedores não trabalham com *forfait* "risco sacado".

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores (i)	2	59	20	64
Total fornecedores	2	59	20	64

- (i) Obrigações referentes a construção e serviços empregados no parque eólico no consolidado. No exercício de 2024, a Companhia e suas controladas contrataram advogados e empresas de assessoria para realizar consultas voltadas ao desenvolvimento do projeto. Em 2025, houve uma redução significativa destas contratações, havendo apenas acompanhamento regulatório e jurídico para avaliar os riscos do mercado de energia elétrica. Durante o exercício de 2025, as contratações voltadas à construção, foram apenas para a estruturação do canteiro de obras, ainda em ritmo de planejamento.

12 Patrimônio líquido (Controladora)

O capital social está composto por 27.493.903 de ações ordinárias (24.743.903 ações ordinárias em 2024) todas nominativas e sem valor nominal. Do total dessas ações, 13.719.457 são possuídas por não residente no país, representada pela Hydro Rein Feijão Holding B.V. e 13.774.446 pertencem ao Brasil Energia Limpa Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado é de R\$ 27.535 (R\$ 24.780 em 2024).

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentações de capital

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou Assembleias Geral Extraordinária, com aprovação para o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 2.755. Esse acréscimo foi efetuado por meio da emissão de 2.750.000 (dois milhões, setecentas e cinquenta mil) novas ações, ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelas acionistas (a) Brasil Energia Limpa Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e Hydro Rein Feijão Holding B.V. com valor de emissão de R\$ 1,00 (um real). O capital social até então de R\$ 24.780 passou a ser de R\$ 27.780.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou Assembleias Geral Extraordinária, com aprovação para o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 17.136. Esse acréscimo foi efetuado por meio da emissão de 17.103.500 (dezessete milhões, cento e três mil e quinhentas) novas ações ordinárias, nominativas e desprovidas de valor nominal, subscritas e integralizadas pelas acionistas (a) Brasil Energia Limpa Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e Hydro Rein Feijão Holding B.V. com valor de emissão de R\$ 1,00 (um real). O capital social até então de R\$ 7.644 passou a ser de R\$ 24.780.

13 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas operacionais				
Serviços de terceiros	(29)	(43)	(34)	(60)
Despesa com pessoal	(18)	(77)	(18)	(8)
Contabilidade e auditoria	(77)	(88)	(310)	(351)
Assessoria e advogados (i)	(114)	(1.146)	(161)	(1.230)
Seguros	-	-	(22)	(55)
Aluguéis e arrendamentos	-	(1)	-	(3)
Viagens e representações	-	(1)	-	(5)
Tributos e contribuições	-	(5)	(20)	(17)
Outros	(1)	(1)	(18)	1
Total	(241)	(1.362)	(583)	(1.728)

- (i) Despesas na contratação de advogados que atuam na área regulatória e avaliação de contratos do projeto solar. Em 2024, a Companhia demandou serviços que durante o exercício de 2025 foram contratados pelas controladas, de modo que estes custos foram capitalizados como custo do ativo.

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas:				
Rendimentos aplicações	177	18	181	23
Impostos sobre rendimentos	(8)	(1)	(8)	(1)
Total	<u>169</u>	<u>17</u>	<u>173</u>	<u>22</u>
Despesas:				
Comissões e despesas bancárias	(1)	(2)	(6)	(9)
IOF	(5)	(11)	(15)	(15)
Total das despesas	<u>(6)</u>	<u>(13)</u>	<u>(9)</u>	<u>(11)</u>
Variação cambial, líquida	-	(22)	-	(20)
Resultado financeiro líquido	<u>163</u>	<u>(18)</u>	<u>158</u>	<u>(22)</u>

15 Contingências

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

16 Compromissos contratuais e garantias

Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão. Os valores serão mensurados adequadamente a partir do momento da entrada em operação do parque.

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		Controladora			
		2025 - Valor contábil		2024 - Valor contábil	
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.360	4	2.565	4
Total		4.360	4	2.565	4
Passivos					
Fornecedores	11	-	2	-	59
Partes relacionadas	6	-	-	-	22
Total		-	2	-	81
		Consolidado			
		2025 - Valor contábil		2024 - Valor contábil	
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.638	4	2.659	360
Total		4.638	4	2.659	360
Passivos					
Fornecedores	11	-	20	-	64
Partes relacionadas	6	-	13	-	89
Total		-	33	-	153

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora			
		2025		2024	
	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	4.364	4.364	2.569	2.569
Total		4.364	4.364	2.569	2.569
		2025		2024	
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	2	2	59	59
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	22	22
Total		2	2	81	81
		Consolidado			
		2025		2024	
	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	4.642	4.642	3.019	3.019
Total		4.642	4.642	3.019	3.019
		2025		2024	
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	20	20	64	64
Partes relacionadas	Nível 2	13	13	89	89
Total		33	33	153	153

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e suas controladas de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4.364	2.569	4.642	3.019
Total das transações no resultado	4.364	2.569	4.642	3.019

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrarão dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

31 de dezembro de 2025

	Controladora				
	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 Anos	5 - 10 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	2	2	2	-	-
	2	2	2	-	-

31 de dezembro de 2024

	Controladora				
	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 Anos	5 - 10 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	59	59	59	-	-
Partes relacionadas	22	22	22	-	-
	81	81	81	-	-

31 de dezembro de 2025

	Consolidado				
	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 Anos	5 - 10 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	20	20	20	-	-
Fornecedores partes relacionadas	13	13	13	-	-
	33	33	33	-	-

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de dezembro de 2024	Consolidado					
	Valor	Fluxos de caixa contratuais				
		Contábil	Total	2 anos ou menos	3 - 5 Anos	5 - 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	64	64	64	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	89	89	89	-	-	-
	153	153	153	-	-	-

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia e suas controladas não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2025 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

(i) Risco de taxa de juros

Decorre de a possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia possui financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação (*IFRS 7- Financial Instruments: Disclosures*), a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Taxa 31/12/2025 (a)	Taxa projetada (b)	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Risco de (redução) das taxas de juros e índices	%	%	%	%	%	%	%
CDI (a)	15,00	12,25	12,00	15,00	18,00	9,00	6,00

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade - Controladora				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	4.360	5.003	804	965	(804)	(965)

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

Risco climático

Os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para as obrigações anuais são definidas bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas.

19 Seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Fiel cumprimento ANEEL (ACL)	03/07/2024	12/01/2030	7.114
Responsabilidade civil de administradores - D&O	27/05/2025	27/05/2026	100.000

Thalassius A027.21 Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Eventos Subsequentes

Aumento de Capital

- (a) Em 05 de janeiro de 2026, Companhia, através de ata de assembleia extraordinária, integralizou capital social no montante de R\$ 150 mediante realização de 100% dos adiantamentos para futuros aumentos de capital aportados até 31 de dezembro de 2025 para a sua controlada Fóntos de São Zacarias 01 Energias Renováveis S.A.
 - (b) Em 05 de janeiro de 2026, Companhia, através de ata de assembleia extraordinária, integralizou capital social no montante de R\$ 30 mediante realização de 100% dos adiantamentos para futuros aumentos de capital aportados até 31 de dezembro de 2025 para a sua controlada Fóntos de São Zacarias 02 Energias Renováveis S.A.
 - (c) Em 05 de janeiro de 2026, Companhia, através de ata de assembleia extraordinária, integralizou capital social no montante de R\$ 30 mediante realização de 100% dos adiantamentos para futuros aumentos de capital aportados até 31 de dezembro de 2025 para a sua controlada Fóntos de São Zacarias 03 Energias Renováveis S.A.
-